



A ASSEMBLEIA INDÍGENA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO TERRITORIAL.

Luana Elis Oliveira Pinto¹
Claudio Ubiratan Gonçalves²

RESUMO

O artigo objetiva compreender o movimento indígena no Estado do Ceará a partir da análise das assembleias indígenas, ocorridas entre 1994 e 2019. O período de análise abarca a ocorrência da primeira assembleia estadual dos povos indígenas do Ceará, realizada em Poranga e, até o momento de escrita do artigo, a última, ocorrida na T.I Jenipapo-Kanindé, no município de Aquiraz, Ceará. Através da pesquisa bibliográfica, documental e empírica, buscou-se desenvolver, ao longo do recorte temporal, como se deu a compreensão, a organização e a produção dos espaços das assembleias por parte dos povos indígenas partícipes. Esta que, inicialmente, fora pensada por agente mediadores preocupados em visibilizar por meio do “resgate das raízes indígenas” de agrupamentos populacionais que viviam em precárias condições de vida, na atualidade constitui-se como o principal espaço de deliberação, de articulação e de fortalecimento dos processos de re-existências territoriais de um movimento indígena reconhecido. Os resultados preliminares apontam para a importância dos espaços das assembleias na ampliação da luta dos territórios indígenas no estado, haja vista que ao longo de suas edições tem-se observado a força agregadora das assembleias na visibilização de etnias em processo de emergência étnica, mobilizando a realização desses espaços estrategicamente para além dos territórios já reconhecidos.

Palavras-chave: Movimento indígena, Assembleia indígena, Território e Ceará.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo comprender el movimiento indígena en el estado de Ceará a partir del análisis de las asambleas indígenas, que tuvieron lugar entre 1994 y 2019. El período de análisis incluye la ocurrencia de la primera asamblea estatal de los pueblos indígenas de Ceará, realizada en Poranga y, hasta el momento de redactar el artículo, la última, realizada en TI Jenipapo-Kanindé, en el municipio de Aquiraz, Ceará. A través de la investigación bibliográfica, documental y empírica, se buscó desarrollar, a lo largo del tiempo, cómo se dio la comprensión, organización y producción de los espacios de las asambleas por parte de los pueblos indígenas participantes. Este, inicialmente pensado por agentes mediadores preocupados por visibilizar a través del "rescate de raíces indígenas" de grupos poblacionales que vivían en condiciones de vida precarias, constituye actualmente el principal espacio de deliberación, articulación y fortalecimiento de los procesos de reexistencia territorial. de un movimiento indígena reconocido. Los resultados preliminares apuntan a la importancia de los espacios de las asambleas en la

¹ Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, luana.elis@ufpe.br;

² Professor Doutor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, biragrario@gmail.com::



expansión de la lucha de los territorios indígenas en el estado, dado que a lo largo de sus ediciones, la fuerza agregadora de las asambleas se ha observado en la visibilidad de las etnias en un proceso de emergencia étnica, movilizandando la realización de estos espacios estratégicamente más allá de los territorios ya reconocido.

Palabras clave: Movimiento Indígena, Asamblea Indígena, Territorio y Ceará.

INTRODUÇÃO

Desde a elaboração e a aprovação da nova Constituição do Brasil, tem-se observado o ascenso político dos povos indígenas, da compreensão acerca dos seus territórios e dos modos de vida. À medida que suas organizações se firmam e suas conquistas se expressam concretamente em terras demarcadas, em garantias legais e em mudanças na relação com o Estado e com a sociedade civil, a questão indígena ganha mais visibilidade. A síntese dessas conquistas podemos atribuir à atuação do movimento indígena, com o apoio das entidades e de setores da sociedade, através de mobilizações pelo reconhecimento, pela garantia e pela defesa dos seus territórios.

O trabalho que ora apresentamos objetiva compreender o processo histórico de formação e consolidação do movimento indígena no Brasil e, em sua particularidade, no Estado do Ceará. Incidiremos o foco de nossa investigação no resgate das assembleias indígenas enquanto espaço estratégico de articulação e fortalecimento do movimento indígena ensejado pelos processos de territorialização enfrentado pelos mesmos.

A construção metodológica do trabalho está estruturada em três eixos: bibliográfico, documental e empírico. Primeiramente, a pesquisa bibliográfica com o intuito de realizarmos uma revisão da literatura e assim delimitarmos a abordagem teórica. A partir de Luciano (2006) e Munduruku (2012), referências na elaboração do paradigma centrado no protagonismo dos povos indígenas frente às conquistas alcançadas, nos aproximamos de um entendimento sobre o que é o movimento indígena no Brasil. Em Dias e Capibaribe (2019) encontramos a gênese desse processo a partir da perspectiva de lideranças indígenas como Ailton Krenak.

No tocante a ciência geográfica, a visibilidade da questão indígena se expressa também na mudança de paradigma e no crescimento de pesquisas com esta temática, como atestam Guerra e Arruzzo (2020). Encontramos em Santos (2019) o



entendimento sobre a constituição do movimento indígena como parte expressiva da questão agrária na atualidade frente aos conflitos que os envolvem na defesa dos direitos constitucionais obtidos sobre os territórios que habitam.

Em Bicalho (2010), Oliveira (2010) e Silva, Gonçalves, Santos Junior e Pinto (2020) buscamos reunir apontamentos sistematizados, em escalas e em campos disciplinares diversos, sobre as experiências e mobilizações indígenas que resultaram em organizações e/ou movimentos consolidados tendo o espaço das assembleias indígenas como referencial na deliberação das ações políticas e nos processos de fortalecimentos de seus territórios e de suas identidades étnicas.

O percurso teórico deságua no segundo momento da metodologia da pesquisa. Na busca pelo entendimento dos processos vivenciados pelo movimento dos povos indígenas no Ceará, temos como ponto de partida estudos e reflexões realizadas por Ratts (1996), Palitot (2010), Lima (2020), entre outros. Em articulação com a pesquisa documental realizada em acervos digitalizados como o Armazém da Memória e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza, reunindo cartas, relatórios, notícias de jornais onde foi possível compreender o percurso de formação do movimento indígena desde a organização e consolidação das assembleias dos povos indígenas do Ceará.

Por último, as observações alcançadas no trabalho de campo realizado em 2019 na Terra Indígena (TI) Jenipapo-Kanindé, no município de Aquiraz, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará, onde foi possível acompanhar a XXIV Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará. Esta experiência, em diálogo com os registros de audiovisual das primeiras assembleias indígenas ocorridas no Ceará (I e II Assembleia ocorridas no município de Poranga e Maracanaú, em 1994 e 1995, respectivamente) contribuíram para a percepção das transformações na organização e na produção dos espaços das assembleias por parte dos povos indígenas partícipes.

Pelos caminhos apontados, perseguimos os seguintes questionamentos: É possível afirmar a existência de um movimento indígena no Brasil ou de movimentos indígenas? Como compreender os espaços construídos/produzidos pelo movimento? Como a atuação destes sujeitos a partir do espaço da assembleia possibilitou uma transformação no lugar social que foram enquadrados para o que hoje assumem e se (re)produzem?

O texto está subdividido em duas partes que se articulam com o intuito de



alcançarmos as questões acima. No tópico **Das assembleias dos chefes indígenas a gênese do movimento** buscamos destacar a realização das primeiras assembleias indígenas enquanto marco da constituição de um movimento indígena no Brasil, atribuindo destaque para o contexto de articulação, os agentes mediadores do processo e as conquistas desse primeiro momento. Em sequência, no tópico **As assembleia Indígenas no Ceará: um espaço de construção territorial**, atentaremos para o contexto de organização dos povos indígenas no Ceará, estabelecendo as convergências e divergências na conformação dos espaços das assembleias no estado em relação ao movimento nacional.

DAS ASSEMBLEIAS INDÍGENAS À GÊNESE DO MOVIMENTO

Por movimento indígena, segundo o que Gersem Baniwa entende ser a definição mais comum entre as lideranças indígenas, é um “conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos” (LUCIANO, 2006, p.57-58).

A criação de estratégias e ações de resistência sempre fizeram parte da forma de se organizar dos povos indígenas. Os conflitos internos e entre grupos étnicos rivais, as federações e as confederação, são exemplo práticos da necessidade de organização estratégica visando resistirem a todo processo de dominação e/ou de extermínio. Contudo, o surgimento de um *movimento indígena organizado*, de luta articulada entre comunidades local, regional e nacional em torno de uma agenda e de interesses comuns atualizou e fortaleceu os processos de resistência, sobretudo territorial, do povos indígenas (*idem*, 2006).

A atualização dessas estratégias ocorreu em uma período histórico que estava programada a consolidação do genocídio e etnocídio dos povos indígenas no Brasil, o período da ditadura militar (1964 - 1985). A execução de uma agenda governamental desenvolvimentista³, combinada com uma política indigenista de “integração à comunhão nacional – porém de maneira progressiva e harmoniosa, com preservação de seus padrões culturais” (FUNAI, 1978), colocava na ordem do dia a ocupação e

³ O projeto desenvolvimentista e integracionista do período militar direcionou para a região da Amazônia Legal grandes obras de infraestrutura como a abertura de estradas - Transamazônica, a Belém-Brasília, a BR 364, a BR 174 e a Perimetral Norte – para facilitar a incorporação de novos espaços a economia capitalista.



integração de uma região considerada para o Estado brasileiro como “espaço vazio”, mas que abrigava (e ainda abriga) a maior diversidade étnica e sociocultural do país.

Durante os anos 1960 e 1970, estabelecer uma articulação entre os diversos povos indígenas, era trabalho por demais complicado devido o contexto de distanciamento geográfico das comunidades indígenas e destes com os demais movimentos sociais à época. Maiores ainda eram os impedimentos frente aos mecanismos de controle utilizados pelo Estado, como o Estatuto do Índio⁴ que os colocavam enquanto semi-capazes e indivíduos tutelados. Havia uma limitação na livre circulação de lideranças indígenas para além de suas aldeias (BICALHO, 2010). Krenak compartilha dessa conjuntura em Dias e Capibaribe (2019)

Sequer havia presença, de fato física, de sujeitos indígenas no meio dos movimentos sociais, uma vez que os sujeitos indígenas eram tão poucos e estavam todos segregados em aldeias ou em algumas reservas (...). Muitas lideranças indígenas, nas décadas de 1970 e 1980, eram impedidas, proibidas de sair das aldeias, e se utilizava de um passe concedido pelos administradores do serviço do governo, da agência do governo, da Funai, do SPI ou da Comissão dos Assuntos Indígenas (que veio a se tornar, mais tarde, a FUNAI). O chefe de posto tinha que dar autorização para que uma autoridade indígena ou qualquer outro índio pudesse se ausentar de sua aldeia, seja para fazer tratamento de saúde ou para qualquer outra coisa. Havia um passe. (KRENAK, p. 24 e 25. In: DIAS e CAPIBARIBE, 2019)

O início de superação desse distanciamento geográfico e de uma mobilização articulada entre a diversidade dos povos indígenas, contando com a participação de setores progressistas da sociedade, foi de fundamental importância para enfrentarem as estruturas de dominação e exploração exercidas pelo Estado. A partir da década de 1970, e frente a agudização das contradições sociais no campo, impulsionado, sobretudo, pelos conflitos na Amazônia Legal, a Igreja Católica envolve-se com a questão agrária do país desde uma perspectiva renovada do seu trabalho pastoral “como resposta às críticas que sofria como cúmplice do Estado brasileiro na condução da política etnocida ao longo dos anos de colonização” (LUCIANO, 2006, p.72).

Embora a Igreja tenha exercido função colaborativa no processo de assimilação

⁴ Sobre a tutela relativa, a antropóloga Manuela Carneiro Cunha contestualiza com “uma proteção negocial que foi introduzida no Código Civil de 1916, assimilando os índios a pessoas entre dezesseis e 21 anos, ou seja, relativamente capazes, assim como as mulheres casadas (elas também eram tuteladas, tinham que ser protegidas de fazer maus negócios, e o marido era tutor” (DIAS e CAPIBARIBE, p. 39-40)



indígena desde a catequização, conversão e aldeamentos com propósitos civilizacionistas, a partir da criação do Conselho Indigenista Missionário (1972), órgão ligado à Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esta passa a atuar na contracorrente da perspectiva colonialista, na defesa da causa dos povos indígenas no Brasil. Essa mudança no trabalho pastoral da Igreja, de acordo com Martins (1994) “implicou uma profunda revalorização das culturas indígenas e o reconhecimento dos povos indígenas como povos com direito ao seu território e à autodeterminação”, (MARTINS, 1994, p,139).

Como elemento prático e de grande alcance do trabalho pastoral exercido pelo CIMI está a realização das assembleias dos chefes indígenas. A primeira, ocorrida em 1974, reuniu dezessete lideranças indígenas de diversas regiões brasileiras na cidade de Diamantina, Mato Grosso, com o seguinte propósito

Dar aos chefes indígenas a oportunidade de se encontrarem e se conhecerem e se falarem, com toda liberdade, sem pressão, sem orientação de fora, sobre seus próprios problemas, e descobrindo por si mesmos as soluções, superando assim todo o paternalismo, seja da FUNAI, seja das Missões (1ª ASSEMBLÉIA DE CHEFES INDÍGENAS, p.1 apud BICALHO, p.92).

A idealização e realização das assembleias dos chefes indígenas, ainda durante o período militar, possibilitou o compartilhamento entre as lideranças indígenas das realidades vividas, oportunizando uma análise conjunta do momento presente e a elaboração estratégica de projetos coletivos para o tempo futuro. Para Cardoso de Oliveira (1988, p.56), o primordial conquistado a partir das assembleias indígenas foram “a criação de condições de surgimento de uma *política indígena*, isto é, dos índios, divergentes da política oficial” e, posteriormente, o surgimento do *movimento indígena*.

Em investigação realizada sobre as assembleias indígenas ocorridas entre 1974 e 1980, Poliene Bicalho (2010) coloca estes encontros como “acontecimento fundador do movimento indígena no Brasil”, onde os povos indígenas alcançam *status* de sujeitos históricos que conseguiram “tornar pública a sua versão de Brasil através das assembleias” (BICALHO, 2010, p. 93).

Os registros de oito das quinze assembleias ocorridas no interstício em análise destacam a construção coletiva, e progressiva, de conscientização por parte das



lideranças presentes e/ou representadas sobre diversos temas, como: a relação com o Estado autoriário a partir da FUNAI; com a Igreja desde o CIMI; as dificuldades “socioeconômicas, geográficas e linguísticas” enfrentadas e superadas dentro do possível, as reivindicações que circundavam desde a falta de remédios, escolas e profissionais da educação e da saúde nas aldeias até a necessidade de demarcação de terras, “unanimidade em todas as assembleias e em inúmeras falas” (BICALHO, 2010, p.107).

Os problemas relacionados com a terra/território, essencial para a reprodução física e cultura dos povos indígenas, se demonstravam desde variados matizes. De demarcações não respeitadas e alvos de invasão à terras em espera para serem identificadas. Nesse interstício, as assembleias apresentavam um panorama da violação dos territórios indígenas no Brasil, tão diversificado quanto os povos que se faziam presentes.

Desde as assembleias, o acúmulo de experiência política por parte das lideranças indígenas foram consolidando uma “consciência pan-indígena em que as lideranças começaram a ter uma atitude macrorregional com relação as demandas de outros povos indígenas brasileiros” (MUNDURUKU, 2012, p.52). Elas despertaram o protagonismo indígena na defesa de seus direitos, levando as lideranças a formarem-se a si e ao próprio movimento indígena na dinâmica da realidade nacional que se revelava perversa para a continuidade de suas existências.

A elaboração por parte dessas lideranças sobre a necessidade de uma entidade de caráter permanente e dirigida por eles próprios, construindo uma unidade na luta entre diferentes etnias, foi se substantivando. Quando em 1980 é criado, à princípio, clandestina e, posteriormente, institucionalizada, a União das Nações Indígenas (UNI), primeira organização indígena de abrangência nacional. Interlocutora dos povos indígenas do país, a UNI enfrentou dificuldades no seu processo organizativo logo nos primeiros anos de sua formação⁵, “as tentativas de regionalizar sua atuação não alcançaram os resultados esperados” (CIMI, 2021), o que levou a perder sua

⁵ Conforme Oliveira, ao realizar investigação sobre a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (APOINME), “para entender a formalização do Movimento Indígena no Nordeste, é necessário compreender a primeira experiência de organização, a UNI-NE. Criada em 1985, no âmbito do movimento de regionalização da União das Nações Indígenas (UNI), que já passava pela crise de falta de legitimidade junto às bases, a UNI-NE estabeleceu-se em outra Assembleia na Ilha de São Pedro, território Xokó (SE)” (OLIVEIRA, p.121)



legitimidade. Apesar disso, as experiências reunidas nesse contexto histórico foram de fundamental importância para impulsionarem as mobilizações em torno das demandas dos povos indígenas. Como exemplo, a intensa e marcante participação indígena no Congresso Nacional da Assembleia Constituinte que demarcou, no tempo e no espaço, uma transformação profunda na relação do Estado com os povos indígenas.

Com os direitos históricos finalmente reconhecidos nos Art. 231 e 232 da CF de 1988, o movimento indígena passa para uma outra etapa de estruturação e fortalecimento de suas formas de organização e articulação no Brasil. Com os povos indígenas e suas lideranças conduzindo os processos, estes construíram diferentes instrumentos de luta como estratégia de assegurar os direitos adquiridos.

Há uma relação indissociável entre a realização das Assembleias Indígenas com a estruturação e organização do Movimento Indígena. A reprodução desse espaço se torna primordial para aproximar as comunidades indígenas que compartilham de problemas comuns, pensar estratégias de mobilização social como mecanismo de visibilizar suas demandas e ampliar a participação dos povos nas tomadas de decisão que repercutirão nas suas realidades. Desta forma, as assembleias transformam-se em espaço de legitimação e a consolidação de outros movimentos e organizações indígenas em diversos níveis regional, estadual e local.

Por esta razão, para Daniel Munduruku (2012) no lugar de movimento indígena, este costuma falar em *indígenas em movimento*. Uma vez que cada povo ou território indígena desenvolve o seu próprio movimento. Contudo, Gersem Luciano (2006) assevera que pensar na existência de movimento indígena organizado é buscar nessas diferentes ações e estratégias locais uma luta articulada nacional e regionalmente em torno de interesses comuns sem reduzir as particularidades e diversidades de realidades socioculturais e dos territórios indígenas; “ao contrário, valoriza, visibiliza e fortalece a pluralidade étnica, na medida em que articula, de forma descentralizada, transparente, participativa e representativa os diferentes povos” (LUCIANO, 2006, p. 59).

Articulada nacionalmente, mas resguardando constornos próprios que diferencia sua trajetória dentro do contexto regional, o Movimento Indígena no Ceará desde a realização da Assembleia Estadual tem sua formação entrelaçada ao processo de reconhecimento dos povos indígenas cearense com repercussões na dinâmica territorial e na atualidade da questão agrária do estado. Buscaremos, em seguida,



estabelecer as convergências e divergências na conformação dos espaços das assembleias no estado em relação ao movimento nacional.

AS ASSEMBLEIAS INDÍGENAS NO CEARÁ: UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO TERRITORIAL.

Como esboçado anteriormente, os processos definidores na formação do movimento indígena organizado no Brasil tem como elementos fundacionais a organização e realização das primeiras assembleias indígenas entre as décadas de 1970 e 1980. Em uma conjuntura marcada por profundas mudanças políticas e sociais que atravessavam o país à época, a criação e a manutenção dos espaços das assembleias desempenharam uma função primordial de convocar os povos indígenas a pensarem e falarem sobre como os projetos de desenvolvimento executados pelo Estado que afetavam suas realidades e ameaçavam seus futuros, atingindo os territórios e ameaçando a reprodução dos modos de vida dos povos indígenas.

Inseridos neste contexto mais amplo, porém situados em uma realidade onde as marcas do longo processo de ocupação colonial alterou mais profundamente os territórios indígenas, a luta e, por consequência, a organização de um movimento no Nordeste passava pela associação do tema da terra, em “restabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada de não indígenas de áreas indígenas” com o reconhecimento étnica, “abrangendo a emergência tanto novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas” (OLIVEIRA, 1998, p.53). O desenrolar dos processos organizativos na mobilização indígena no Ceará se circunscreve a partir deste debate.

A presença indígena [no Ceará], que era ignorada e negada desde o final do século XIX, passa, nos anos 1980, a ser alvo de ações de grupos vinculados à igreja católica (...) que buscavam resgatar as raízes indígenas das pessoas, promover o reconhecimento da existência dos grupos e lutar pela demarcação de suas terras (PALITOT, 2010, p. 20)

Entidades civis religiosas e organizações não-governamentais (ONGs) já desenvolviam trabalhos junto as comunidades em processo de reconhecimento desde o início dos anos 1980, devido a ausência de qualquer assistência do órgão indigenista oficial. Até meados de 1985, ano que a primeira etnia do Ceará vem a público



reinvidicar o reconhecimento étnico e a demarcação de suas terras, o povo Tapeba, habitantes no município de Caucaia, o estado cearense não se configurava como área de interesse de atuação da FUNAI, visto que no discurso oficial a inexistência da presença indígena no Ceará permaneceria reiteradamente sendo reforçada.

Somente em 1994, quando o Ceará já contava com três etnias oficialmente reconhecidas (Tapeba, Tremembé de Almofala e Pitaguary), ocorreria a primeira reunião demandada pelos próprios indígenas e articulada pelas entidades civis indigenistas, lançando as bases para a construção da instância mais representativa do movimento indígena cearense, a assembleia estadual dos povos indígenas.

“Antes essa nossa luta era coisa enterrada. Sabia, mas era morto. Hoje a gente se sente bem. Antes era escondido. Hoje está mais declarado”⁶. Assim se inicia o documento/carta-convite destinado aos povos indígenas a participarem da I Assembleia Estadual dos Povos Indígenas no Ceará. Acontecido em Poranga, região dos sertões de Crateús, a edição inaugural proporcionou o primeiro encontro entre os povos indígenas do sertão e do litoral na história contemporânea.

Realizada em um espaço cedido de uma propriedade particular, à sombra das mangueiras, o que aponta a ausência de estrutura física para a realização da reunião em uma área indígena, a assembleia desenvolveu os seguintes temas

1 Resgate das nossas raízes indígenas: 1.1 Quem somos nós? De onde vieram nossos antepassados? O que a gente sabe dos costumes e das tradições dos mais antigos? 1.2 Quem somos nós, hoje? O que restou de lembrança, de costume, hoje nas nossas famílias? Na nossa vida, no nosso lugar? 2 Resgate das histórias das nossas lutas 2.1 Contar as histórias das lutas: As vitórias, os enfrentamentos, as dificuldades, os fracassos, o que não deu certo. 2.2 O que nós aprendemos da nossa luta que nós temos enfrentado até aqui? 2.3 Qual a nossa força? Qual a nossa fraqueza?

A assembleia reuniu sete povos, sendo seis do Ceará (Tapeba, Tremembé, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kariri) e um da Paraíba (Potyguara)⁷ contando

⁶ Convite de preparação para a primeira Assembleia dos Povos Indígenas no Ceará, 1994. Acervo CDPDH – Arquidiocese de Fortaleza. Disponível digitalmente.

⁷ A partir da participação do cacique geral Potyguara na referida assembleia que os povos do Ceará conheceram o Movimento indígena regional, à época ainda Comissão Leste-Nordeste que no ano seguinte se oficializaria com Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME (OLIVEIRA, 2010). Os processos de organização da luta do povo potyguara com a autodemarcação das terras que se encontravam invadidas, posteriormente recuperada e demarcada tornou-se um exemplo a ser seguido e melhor conhecido pelos povos indígenas do Ceará.



com a presença de 79 indígenas⁸. Estes já haviam iniciado a organização de suas lutas pelo reconhecimento e demarcação das terras indígenas, contudo, estas se concentravam nos limites de suas comunidade. A dificuldade em estabelecer uma diálogo entre os processos de luta e promover uma mobilização articulada entre estes povos eram diversas e era vista como uma das fragilidades que deveriam ser superada, “até bem pouco tempo nós vivia (*sic*) sem se conhecer uns aos outros – os próprios indígenas – e nós sentimos que esta desorganização é uma das nossas grandes fraquezas” (RELATÓRIO DA ASSEMBLEIA, 1994).

Tantas outras questões foram destacadas enquanto dificuldades enfrentadas: as terras que continuavam sendo invadidas, motivando o êxodo rural devido a expulsão das próprias terras; as violências físicas e simbólicas por resistirem e defenderem seus direitos; as terras que não são demarcadas, sendo a falta da terra como a principal dificuldade e a que todos os povos comungavam, necessária para “viver, plantar e realizar nossos costumes tradicionais”, destacam (*idem*).

A organização é entendida como caminho para a superação das dificuldades. Aprendendo a se organizar torna-se possível conhecer e reforçar os costumes e tradições, discutir os problemas que os afligem, para exigir e garantir seus direitos. O caminho dessa organização vai além das próprias realidades, “nossa força é a união de todos os povos indígenas no Ceará, no Nordeste, no Brasil”.

A partir desta assembleia, se abre para os povos indígenas cearenses um longo caminho de aprendizagem para a consolidação da autonomia na condução dos processos de mobilização das lutas, na construção das redes de diálogos e de representação política no cenário nacional. Fato que animou outros povos a trazerem à tona suas identidades étnicas e fazerem parte do processo organizativo do movimento indígena no estado em torno da luta pela demarcação de suas terras. Ano a ano, o espaço da assembleia estadual agregaria mais etnias, aumentando consideravelmente a participação de indígenas na deliberação das estratégias de resistências.

Em vinte e quatro edições⁹, a assembleia trabalhou diversos temas, tendo como

⁸ Informação obtidas do Histórico da I Assembleia Indígena que consta o documento de 2ª Assembleia de Lideranças Indígenas no Ceará, 1995. Acervo da CDPDH – Arquidiocese de Fortaleza. Disponível digitalmente.

⁹A 25ª Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará, programada para ocorrer no ano 2020 na terra indígena Pitaguary, no município de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza, foi adiada em virtude da pandemia do novo coronavírus (2020). A realização desta edição ocorrerá no ano de 2021, na mesma



ponto de partida “Nossa História” (I Assembleia, 1994), seguindo para “Saúde Indígena” (II Assembleia, 1995) e posteriormente “Organização Indígena” (III Assembleia, 1997)¹⁰. Outros temas tratados foram: “Nossa terra, nossa vida” (XIV Assembleia, 2008), “Progresso e Respeito aos povos” (XV Assembleia, 2010) e “Desafio e unidade na luta em favor de demarcação: garantia de futuro dos nossos povos” (XXIII Assembleia, 2018).

Diferentemente da realização da primeira assembleia, a partir da segunda edição esta começa a ocorrer em áreas indígenas. Acompanhar no ano de 2019 a XXIV Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará, na terra indígena (T.I) Jenipapo-Kanindé, Aldeia Lagoa da Encantada, localizada no município de Aquiraz, nos possibilitou realizar uma análise sobre a transformação deste espaço de articulação desde os avanços, as dificuldades e os desafios que o movimento indígena do estado atravessou ao longo dos anos de organização indígena.

Com o tema “Povos Indígenas e o Enfrentamento aos Retrocessos do Governo Bolsonaro”, a 24ª assembleia contou com a participação de quinze etnias, das quais quatorze são reconhecidas. Podemos destacar o número significativo de etnias presentes no estado como um dos principais avanços da luta indígena. O reconhecimento das etnias e das terras indígenas se dão a partir da mobilização étnica de cada povo, contudo somente ao tornarem a luta pública em assembleia indígena

o movimento reconhece “de fato” (embora não de direito) quem são e onde estão os povos indígenas no Ceará a ele ligados. Por essa razão, é desejável que os grupos indígenas em fase de emergência étnica busquem apoio junto ao movimento para conquistar o reconhecimento de sua identidade étnica e sua inserção na agenda de lutas. (ADELCO, 2021, p.117)

Durante a assembleia em questão, foi perceptível a necessidade do movimento de se adaptar as mudanças conjunturais do país, impondo novos desafios. Frente a isto, ocorreram debates sobre o contexto político e a compreensão de que o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-Atual) representava, e ainda representa, a principal ameaça à manutenção dos direitos adquiridos. Neste sentido, as atividades ocorridas durante a

terra indígena definida na última assembleia, no ano de 2019, com o tema “Fortalecimento do movimento indígena no Ceará”.

¹⁰ Em virtude de dificuldades financeiras, no ano de 1996 não foi possível a realização da terceira assembleia estadual, sendo esta realizada no ano seguinte.



assembleia objetivaram explorar intensamente os caminhos possíveis de enfrentamento aos retrocessos que já se operavam quando do acontecimento da assembleia e no anos que estavam por vir¹¹.

A programação contou com a discussão dos meandros da conjuntura nacional a partir de debates sobre o tema geral da assembleia “Povos Indígenas e o Enfrentamento aos Retrocessos do Governo Bolsonaro” e sobre “Políticas Públicas e Povos Indígenas”. Composto o cronograma de atividades, foram realizados trabalhos em grupo, onde todas as etnias presentes sistematizaram as reflexões acerca de seus territórios a partir das questões “Qual a situação que se encontram os seus territórios? Quais avanços que tiveram? Quais as estratégias para enfrentarem os retrocessos?”

Entre cada atividade, os momentos de refeição, exibição de curtas-metragens produzidos pela escola de cinema indígena Jenipapo-Kanindé e de pequenas culturais animavam os participantes após um dia intenso de discussões e reflexões sobre questões tão duras que envolvem as realidades enfrentadas, onde o toré abria e fechava os trabalhos.

A partir das dezenas de falas, ficou evidenciado a preocupação em reinventar o movimento, construindo cotidianamente estratégias de luta e alianças táticas entre indígenas e não-indígenas. Para algumas lideranças, o conhecimento profundo e a capacidade de analisar a conjuntura se fazem necessário. De acordo com uma liderança do povo Tapeba, foi oportuno para o contexto atual a desarticulação que se encontrava os movimentos de luta, no Brasil como um todo. Essa desarticulação, segundo o mesmo, foi resultado da conjuntura dos governos “progressistas” de Lula e Dilma, no qual “a gente se viu representado dentro dos governos, aí a gente parou de fazer luta, desaprendemos a fazer movimento social” (TAPEBA, Liderança, 2019).

A ocasião é de o movimento voltar-se para dentro, organizando novamente suas bases. Que cada povo saiba falar sobre a situação territorial que se encontra seu povo, quem são seus inimigos e quais os limites dos seus territórios, ou seja, ter lucidez das

¹¹ As ameaças se tornaram mais nítidas no contexto da pandemia do novo coronavírus (2020), onde as populações indígenas eram as mais suscetíveis ao agravamento das taxas de transmissão, diante da inépcia do governo federal em realizar um amplo plano de combate e prevenção ao novo coronavírus em áreas indígenas, como também permitiu o agravamento de invasões e violência aos povos indígenas durante a pandemia.



problemáticas a partir do próprio “chão da aldeia”. O território é a luta primordial do movimento, conforme Silva, Gonçalves, Santos Junior e Pinto (2020)

O território é um elemento fundamental para a reprodução material e imaterial dos povos originários. É no território que eles podem transmitir seus saberes, se relacionar com a terra, conectar-se com o espiritual. O território apresenta-se como essencial para a continuidade dos seus modos de vida e de suas culturas. Ao reivindicar o território, os povos indígenas estão lutando por sua autonomia, pelas suas identidades. (SILVA, GONÇALVES, SANTOS JUNIOR e PINTO, 2020, p. 200)

Ainda que a questão territorial tenha centralidade nos processos de construção da identidade e da autonomia dos povos indígenas, de acordo com a compreensão de algumas lideranças, esta luta passava por uma secundarização em benefício de conquistas que prendia o movimento, como ficou evidenciado na fala de uma liderança Tremembé

a gente tá lutando hoje por emprego em saúde, emprego em educação e estamos esquecendo de lutar pelo território. Acima de qualquer emprego, tem a nossa luta que precisamos fortalecer. Quantas pessoas brancas estão empregadas em nome do movimento indígena? (TREMembé, Liderança, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Santos (2019) o movimento indígena constitui-se como parte expressiva da questão agrária brasileira na atualidade frente aos conflitos que os envolvem na defesa dos direitos constitucionais obtidos sobre os territórios que habitam. Diante disto, a articulação da luta se faz necessário. Com a amplificação das lutas indígenas em defesa dos seus territórios, manutenção dos espaços das assembleias indígenas é essencial na construção e fortalecimento destes processos de luta, como também de construção territorial.

A assembleia dos povos indígenas no Ceará se configura com um exemplo significativo no interior da trajetória de luta do movimento indígena do estado. Inicialmente, sendo pensada e articulada por agente mediadores (pastorais indigenistas e ONG's) preocupados em visibilizar por meio do “resgate das raízes indígenas” agrupamentos populacionais que viviam em precárias condições de vida. Na atualidade, constitui-se como o principal espaço de deliberação, de articulação e de fortalecimento dos processos de re-existências territoriais de um movimento indígena reconhecido.



Através do exercício da autonomia dos povos indígenas, os espaços das assembleias ao longo das edições transformaram-se e transformaram-se igualmente os territórios indígenas reivindicados. A partir do registro da construção das primeiras Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará, em espaços improvisados, para a última, ocorrida em 2019 na terra indígena Jenipapo-Kanindé, já identificada, fica evidente que as demandas compartilhadas e mobilizadas através do movimento indígena organizado resultaram em conquista materiais. Assim, entendemos que a síntese das experiências impressas nos espaços das assembleias estaduais dos povos indígenas do Ceará encontra-se na territorialização destes e na consolidação de suas organizações em movimento, resultado dos longos processos de resistências trilhados e que ainda hoje ecoam.

REFERÊNCIAS

- ADELCO. **Situação dos povos indígenas do Ceará**: movimento indígena do Ceará. 2021.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As assembleias indígenas - o advento do Movimento indígena no Brasil. **OPIS**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun 2010
- CIMI. Movimento e organizações indígenas no Brasil. Disponível em: <https://cimi.org.br/2008/07/27614/>. Acesso em: 16/11/2021.
- DIAS, Camila Loureiro; CAPIBARIBE, Artionka (Org.) **Os índios na Constituição**. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2019.
- GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 115-136, dossiê, 2020.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
- MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.



OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA** – Estudos em Antropologia Social. Rio de Janeiro. V. 4, n. 1, 47-77p, 1998.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. Estratégias sociais no Movimento Indígena: representações e redes na experiência da APOINME. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Recife/PE, 2010.

PALITOT, Estevão Martins. Artificios da alteridade: o movimento indígena em Crateús. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. João Pessoa/PB, 2010.

RELATÓRIO DA 1ª ASSEMBLEIA. **ACERVO CDPDH** - Centro de Documentação e Memória Indígena Cardeal Dom Aluísio Lorscheider. 1994

SANTOS, Gilberto Vieira dos. O movimento indígena no contexto dos conflitos no campo. **Terra Livre**. V.1, n.52, p.323-359, jan-jun, 2019.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; SANTOS JUNIOR, Avelar Araújo dos; PINTO, Luana Elis Oliveira. *Limolaygo toype*: as Assembleias Indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 186-211, dossiê, 2020.

TAPEBA, Liderança. **Transcrição da captação de áudio da XXIV Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará – Aldeia Lagoa Encantada Jenipapo-Kanindé, Aquiraz**: 4 a 7 de novembro de 2019.

TREMEMBÉ Liderança. **Transcrição da captação de áudio da XXIV Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará – Aldeia Lagoa Encantada Jenipapo-Kanindé, Aquiraz**: 4 a 7 de novembro de 2019.